



QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: NARRATIVAS DOCENTES

CUESTIONES DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA ESCUELA: NARRATIVAS DE MAESTROS

GENDER ISSUES AND SEXUALITY AT SCHOOL: TEACHER NARRATIVES

Claudia Jorge de Freitas¹

Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes²

Jonê Carla Baião³

Resumo: Este texto traz o relato de uma experiência de formação, vivida como um processo dialógico e horizontal entre pares, em uma escola pública de ensino fundamental localizada no município do Rio de Janeiro. A partir da roda de conversa e com a temática de gênero e sexualidade - temas que provocam resistência nas famílias e nas escolas, debateu-se também, dúvidas e receios reverberados pelos movimentos conservadores relacionados as práticas docentes. As narrativas mostram a pouca habilidade de todas nós em lidar com a urgência desse debate no cotidiano escolar. Embora esses estudos já estejam presentes em debates como os de Louro (2008), Pereira e Bahia (2011), e outros, observamos um silenciamento e intimidação dos docentes para lidarem com o tema. Apostamos, neste texto, na Emancipação Permanente de que nos fala Paulo Freire (1987) para entendermos que a escola é espaço privilegiado de desconstrução de formas hegemônicas que aprisionam os sujeitos.

Palavras-chave: Experiências. Narrativas. Gênero e sexualidade na escola. Formação entre pares.

Resumen: Este texto trae el informe de una experiencia de formación, vivida como un proceso dialogante y horizontal entre compañeros, en una escuela primaria pública ubicada en la ciudad de Río de Janeiro. Desde la rueda de conversación y con el tema del género y la sexualidad, también se discutieron temas que provocan resistencia en familias y escuelas, dudas y temores reverberados por movimientos conservadores relacionados con las prácticas de enseñanza. Las narraciones muestran la poca capacidad de todos nosotros para hacer frente a la urgencia de este debate en la

¹ Secretaria Municipal de Educação-SME. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

² Faculdade de Formação de Professores-FFP/UERJ. Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasil.

³ Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/Cap/UERJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

escuela cotidiana. Aunque estos estudios ya están presentes en debates como los de Louro (2008), Pereira y Bahía (2011), y otros, observamos un silenciamiento e intimidación de los maestros para tratar el tema. Apostamos, en este texto, a la Emancipación Permanente de la que nos habla Paulo Freire (1987) para entender que la escuela es un espacio privilegiado para la deconstrucción de formas hegemónicas que encarcelan a los sujetos.

Palabras clave: Experiencias. Narrativas. Género y sexualidad en la escuela. Entrenamiento entre pares.

Abstract: This text brings the report of a training experience, lived as a dialogical and horizontal process between peers, in a public elementary school located in the city of Rio de Janeiro. From the conversation wheel and with the theme of gender and sexuality - themes that provoke resistance in families and schools, doubts and fears reverberated by conservative movements related to teaching practices were also discussed. The narratives show the little ability of all of us to deal with the urgency of this debate in everyday school. Although these studies are already present in debates such as those of Louro (2008), Pereira and Bahia (2011), and others, we observed a silencing and intimidation of teachers to deal with the theme. We bet, in this text, on the Permanent Emancipation of which Paulo Freire (1987) speaks to us in order to understand that the school is a privileged space for the deconstruction of hegemonic forms that imprison the subjects.

Keywords: Experiences. Narratives. Gender and sexuality in school. Peer training.

1 INTRODUÇÃO

As investigações acadêmicas sustentadas por aportes teórico-metodológicos que privilegiam narrativas docentes não constituem uma novidade no campo da educação. Pesquisas dessa natureza têm crescido nos últimos 30 anos, configurando-se num campo de amplo espectro (JOSSO, 2004).

Poderíamos aqui perscrutar os múltiplos sentidos dados à ideia de *narrativa* e discutir as variadas contribuições para os campos de estudos como, por exemplo, para a formação docente ou para as práticas pedagógicas. Poderíamos ainda problematizar *narrativa* por diferentes concepções, provocadas por distintos modos de praticá-las ou conceituá-las tendo em vista que “constantemente temos usado o expediente das narrativas, tanto em situações de pesquisa como de ensino e observado os processos vividos pelos envolvidos.” (CUNHA, 1997, p.2).

Nesta amplitude que o tema oferece, alguns talvez prefiram transitar pela ótica da linguística, enquanto outros pelo ângulo que nos traz o campo da sociologia. Se para uns, a contribuição de Walter Benjamin (1985) é fundamental na análise da produção da narrativa na modernidade, para outros, o pensamento de Mikhail Bakhtin (2000) é essencial para a discussão sobre as relações dialógicas e polifônicas na constituição da narrativa.



Optamos neste texto por acercar-nos de perspectivas que nos ajudem na compreensão de aspectos relacionados à ação docente quando questões ligadas a sexualidade e gênero estão em centralidade na sala de aula. Nossa opção é encharcada da ideia de que a escola pode ser um espaço que nos provoca a *emancipação permanente*, (FREIRE, 1987).

A partir desses princípios, defendemos que a legitimidade de nosso texto não está na originalidade do tema pois, como já apontamos acima, tem recebido maior visibilidade. A validade de nosso artigo está na força do que vivenciamos.

Trata-se do compartilhamento de narrativas e de reflexões sobre elas, produzida no campo escolar, por professores e professoras que vivem os dilemas de enfrentar solitariamente o tema da sexualidade e do gênero em tempos de criminalização dessas discussões. Entendemos que as narrativas docentes são material privilegiado, tanto para a pesquisa como para o ensino, pois ao recuperar os sentidos das narrativas produzidas em certo contexto escolar, no nosso caso uma roda de conversa, nos permite construir e desconstruir experiências, provocar mudanças na forma como compreendemos o que fazemos, o que dizemos, a nós mesmos e aos outros. Por essa razão, narrar em espaços coletivos, como o espaço de uma roda de conversa, se configura como importante estratégia formadora numa perspectiva emancipadora, como a defendia Freire (1987).

Por isso, nos encorajamos a narrar sobre uma experiência coletiva e a refletir sobre ela, sabendo que...

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história (BENJAMIN, 1985, p. 223)

Desta forma, compreendendo como Benjamin (1985) a importância da preservação dos acontecimentos, mesmo quando são vistos como *pequenos*, iniciamos a narrativa de um *encontro* que, apoiados neste autor, desejamos que não se perca na história.

A experiência que aqui narramos é entendida por nós como aquilo que ao ser vivenciado, “nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA, 2002, p. 11). Não estamos buscando uma “verdade do acontecido”, uma “descrição objetiva e comprovada do fenômeno”, um “atestado de veracidade do ocorrido”. Trazemos, isto sim, os *sentidos* produzidos por nós e pelos sujeitos que viveram o que aqui compartilhamos: uma roda de conversa sobre questões que envolvem a temática do gênero e sexualidade na escola. Ao compartilharmos essa experiência, nos propomos um exercício de *narrar reflexivamente*, e não meramente descrever o acontecido. Fazemos isso, na certeza de que esse exercício é profundamente formativo, tanto para nós que nos desafiamos a



rememorar o vivido e a escrever sobre os sentidos tecidos a posteriori do acontecido, quanto para quem viveu à época à experiência aqui narrada.

Destá forma, no exercício de escrita, tomamos a proposta de Rancière (2010, p. 44): “sempre responder à tríplice questão: o que vês? O que pensas disso? O que fazes com isso?”. Ao narrar o que vimos, pensamos e fizemos em uma escola da rede pública do Rio de Janeiro, apostamos na perspectiva do que Freire (1987) nomeia de “inédito viável”.

As discussões sobre gênero e sexualidade na escola vêm crescendo na medida em que crescem também movimentos conservadores que buscam silenciar aqueles e aquelas que fogem à norma cis heterossexual e colocam para os espaços sociais, sua “presença incômoda”. O silenciamento e busca por invisibilização desses sujeitos traz implicações sociais graves. Uma delas é o aprofundamento da discriminação e da violência contra aqueles e aquelas que se colocam como “dissidentes”. As manchetes dos jornais mostram os perigos que uma vida considerada “estranha”, “anormal”, “contrária à natureza”, neste país.

Segundo o relatório publicado pela ONG Transgender Europe (TGEU) em novembro de 2016, o Brasil é o país que mais assassina travestis e transexuais no mundo. Em números relativos, quando se olha o total de assassinatos de pessoas transgêneras para cada milhão de habitantes, o Brasil fica em quarto lugar, atrás apenas de Honduras, Guiana e El Salvador.

Tendo em vista esses dados, o espaço escolar tem representado um importante *lócus* de construção e promoção de um conhecimento compreensivo e solidário em relação à diferença. Um conhecimento escolar que permita pensar e, conseqüentemente, agir, confrontando e desnaturalizando discursos sobre “padrões de normalidade e anormalidade”, já que visões preconceituosas têm resultado, muitas vezes, em violência contra quem é visto como “diferente” ou “anormal”.

Por outro lado, defendemos que o acesso ou ampliação do acesso na escola às pesquisas sobre as questões de gênero e sexualidade, bem como a tematização crítica sobre os conceitos de diferença e diversidade, nos ajudaria a produzir mudanças mais significativas no cotidiano escolar. O silenciamento, que ainda marca fazeres e dizeres nas instituições educativas, não têm contribuído para a construção de relações mais respeitadas e acolhedoras.



2 O CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

A experiência que nos moveu a escrever este texto aconteceu em abril de 2018, em uma escola pública da zona sul do Rio de Janeiro. Esta instituição escolar atende a turmas de Educação Infantil ao 5º ano de escolaridade.

Professores e funcionários da equipe escolar, interessados na discussão sobre a temática de gênero e sexualidade, propuseram a realização de uma Roda de Conversa que pudesse ajudar o grupo a repensar concepções e práticas educativas. A direção da escola, então, solicitou que duas das autoras deste texto realizasse uma Roda de Conversa sobre a temática, tendo em vista os estudos que ambas têm realizado sobre o tema.

Uma das autoras deste texto faz parte do corpo docente da escola e realiza uma pesquisa de mestrado sobre o tema gênero e sexualidade.

O encontro aconteceu em dia e horário que já fazia parte do calendário escolar como uma data de Formação em Serviço, com dispensa de alunos das atividades escolares. A Roda de Conversa contou com a participação de 26 professoras, duas funcionárias e as duas coordenadoras da atividade, no total de 30 pessoas.

A opção pela Roda de Conversa se deu por entendermos que “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2007, p. 26). A Roda de Conversa no ambiente escolar tem sido uma ferramenta favorecedora do compartilhamento das práticas educativas e, por consequência, das reflexões sobre os fazeres docentes. Para tanto, o processo de interação entre pares por meio do diálogo respeitoso se mostra fundamental para que a fala e escuta possam acontecer.

Para que as questões de gênero pudessem emergir, optou-se pela exibição de um curta-metragem espanhol chamado *Vestido Nuevo*. Este filme, produzido em 2007 e dirigido por Sergi Pérez, narra a história de Mário, um menino que decide colocar um vestido rosa no dia de carnaval na escola, contrariando a orientação tanto da direção quanto da professora que haviam solicitado o uso de uma fantasia de cachorro Dálmata. A produção aborda de forma sensível o tema de gênero no ambiente escolar e as dificuldades de os sujeitos compreenderem àqueles que fogem ao padrão da hetero normatividade.

Para compreendermos melhor essas questões, é necessário levar em conta, como analisa Louro (2014) que os processos de escolarização sempre estiveram preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas. Tanto as práticas pedagógicas como a



organização do ambiente escolar, orientandos para meninas ou meninos, confirma que a escola delimita espaços por sexo servindo-se de símbolos e códigos. A escola informa o 'lugar' dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (LOURO, 2014, p. 62).

Após a exibição do vídeo, propusemos ao grupo discutirmos os sentidos produzidos a partir das cenas da película. Num segundo momento, exploramos o tema com abordagem mais teórica e conceitual. Ao final do encontro solicitamos que escrevessem e nos entregassem uma avaliação do encontro.

3 NARRATIVAS NA RODA DE CONVERSA

Havíamos solicitado à direção e aos professores presentes a possibilidade de gravarmos o encontro para que fosse também material de pesquisa para nós e para a escola. Com a aprovação deste pedido, as transcrições foram feitas por uma das autoras do texto.

A ideia da Roda de Conversa sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar visava problematizar o preconceito nas escolas, possibilitando aos professores uma maior compreensão sobre desigualdades e diferenças, já que o ambiente escolar ainda tem se construído como lugar de manutenção de padrões e sendo assim:

O mais grave disso é que a escola não apenas produz e transmite conhecimento, mas também contribui para produzir sujeitos e identidades, para reforçar divisões dos gêneros e das classes. Neste sentido, a manutenção e/ou reprodução das diferenças e desigualdades se torna mais reveladora, pois corresponde à garantia de continuidade de uma sociedade dividida, desigual e hierarquizada (FERRARI, 2000, p.90)

Apesar dos discursos críticos ao espaço escolar, apostamos na possibilidade de mudanças a partir da efetivação de espaços de debates entre os profissionais da escola, estudantes e comunidade. Para tanto, nos ajuda a análise a seguir:

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano, que se constrói e se aprende como parte integrante do desenvolvimento da personalidade. E, sendo as instituições educacionais lugar principal para se trabalhar os saberes, as competências e as mudanças de comportamento, representam um contexto favorável e apropriado para o desenvolvimento de atividades educativas emancipatórias, trabalhando nas mais diversas áreas do conhecimento humano (PEREIRA E BAHIA, 2011, p.199)

Identificar quais são as dificuldades encontradas pelos professores em sua trajetória como docentes, viabilizar momentos de compartilhamento de problemas e soluções, propor caminhos



coletivos nos quais a escola possa valorizar a diferença e promover a igualdade de direitos entre os seus educandos, tem sido nossa aposta. Para isso, concordamos com Louro que afirma:

O processo de fabricação dos sujeitos é continuado e geralmente sutil, quase imperceptível. Nosso olhar deve se voltar para as práticas cotidianas que envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” com (LOURO, 2008, p. 63)

Desta forma, podemos entender o processo de Roda de Conversa como parte de um fértil processo com fins a desnaturalizar e ressignificar práticas pedagógicas no cotidiano escolar, no que se refere a construção e desconstrução dos processos de corporificação, tanto dos corpos dos educandos quanto dos educadores.

O debate na escola se insere numa concepção que defende que, como sustenta Freire (2001):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer, o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2001, p.29)

Acreditamos que o cotidiano, tomado como *espaço tempo potente* é onde ocorrem as interações e interlocuções entre os sujeitos, podendo provocar ampliação da visão e, conseqüentemente, da relação com o “outro”.

4 ALGUMAS NARRATIVAS...

Narrar experiências tem sido uma metodologia de trabalho que investe na possibilidade de provocar reflexão e ressignificação do vivido.

Trazemos aqui algumas narrativas⁴ sobre a experiência vivenciada nesse dia, já que, nos oferecem pistas sobre como discursos que expressam relação causal entre sexo biológico, gênero e identidade, são tecidos. Vimos também a discussão sobre as supostas funções de cada gênero se naturalizar na sociedade e, por conseguinte, na escola. Os relatos das professoras⁵ nos mostraram

⁴ Extraídas do Diário de Campo de uma das autoras deste texto que faz parte do corpo docente da escola e realiza uma pesquisa de mestrado sobre o tema gênero e sexualidade

⁵ Todos os nomes são fictícios. Usamos como critério as alcunhas apontadas como mais comuns no país



como as discussões sobre gênero e sexualidade são silenciadas na escola, impondo àqueles que não se encaixam no discurso heteronormativo social, uma forma de existência marginal. Por outro lado, alguns relatos diziam da escola como espaço de acolhimento da diferença e de resistência ao apagamento de formas outras de sexualidade e de vida.

PROFESSORA ANA: Como que a gente deve agir quando a gente percebe uma criança com essa questão? Como é que nós devemos falar com a família? Nós podemos falar com a família? Até que ponto? Tem alguma lei que nos garante isso? Porque, em vista de tudo que tá ocorrendo... Muitos questionam dizendo que isso não é da conta do professor, que em relação educação sexual ou outras coisas semelhantes, isso pertence à família. Como assim? Se nós podemos falar, qual deve ser o jeito? Por que é uma situação muito delicada, né? Para a gente depois não ser acusada de que a gente tá cometendo bullying com as crianças, ou falando uma coisa que não é. Porque não é toda família que aceita.

PROFESSORA ÉRICA: Para mim não ficou claro: o que que a escola deve fazer? Ela deve chamar a família? Conversar com a família? Saber se a família já está a par do comportamento dos filhos? Porque a gente, enquanto professor, se sente um pouco impotente sobre o que fazer, nessa parte legal, assim de lei. Até aonde o professor pode ir? Até aonde a escola pode ir? Porque eu acho que a gente também não sabe até onde pode agir. Vai que alguma família ache que a escola está interferindo demais, sabe? E aí a família pode querer processar o professor, a direção?

As narrativas das professoras Ana e Erica (professoras da Educação Infantil) revelam a preocupação sobre a temática de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Elas temem a exposição a possíveis processos judiciais ao discutem tais temas. Assim, se perguntam:

“Tem alguma lei que nos garante isso?” (Prof.^a Ana)

“Porque a gente, enquanto professor, se sente um pouco impotente sobre o que fazer, nessa parte legal, assim de lei.” (Prof.^a Erica)

“Vai que alguma família ache que a escola está interferindo demais, sabe? E aí a família pode querer processar o professor, a direção?” (Prof.^a Erica)

O movimento de judicialização das práticas escolares não tem sido tímido. Inúmeros depoimentos de professores e professoras que têm suas aulas filmadas e expostas nas redes sociais se espalham, provocando insegurança. O que fazer? Que apoio jurídico é possível em casos como estes? Sabemos que o silenciamento pedagógico traz consequências para o debate dessas questões. Quantas perguntas as crianças levarão para a escola e que não poderão ser respondidas?



Outro ponto que a fala da professora Ana traz é a quem cabe a definição de certos temas curriculares como sexualidade? Quais seriam os limites da ação da escola e qual a legitimidade das famílias em impedirem que certas temáticas sejam discutidas na escola com seus filhos e filhas? Diz a docente: “Muitos questionam dizendo que isso não é da conta do professor, que em relação educação sexual ou outras coisas semelhantes, isso pertence à família.”

Lembramos que desde a publicação dos Parâmetros Curriculares, em 1996, a escola, que é nosso foco neste trabalho, vem discutindo o tema como transversal aos componentes curriculares.

A tematização das questões que envolvem gênero e sexualidade podem ser mais bem pensadas a partir dos estudos de Gayle Rubin. Para este autor o “sistema sexo/gênero” são como “arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (RUBIN, 2003, p. 3). Isto aponta que tanto a feminilidade quanto a masculinidade, são conceitos que podem deslocar-se de qualquer fundamento relacionado a biologia, já que se reportam às atitudes e modos de ser e se perceber na sociedade.

A emergência da temática de gênero na escola costuma ser acompanhada por discursos e ações marcadas por preconceito e intolerância, fenômenos construídos socialmente e que estão presentes em nossa sociedade como algo muitas vezes invisível, cotidiano e vivido nos diferentes espaços sociais (BORILLO, 2010). O investimento no controle dos corpos e dos rostos considerados *diferentes* marca-os como um estigma, resultando em olhares de repulsa.

Abaixo, temos outra narrativa da professora Ana. Nesta narrativa, a docente fala das dificuldades em tentar lidar com uma mãe que está passando por um processo de transição (redesignação sexual). A professora assume que não sabe como agir, mas acredita não ser preconceito. Diz Ana: “É porque ela tá querendo uma ajuda e eu não sei ajudar.”

PROFESSORA ANA: *Eu inclusive estou com uma questão assim. Não com uma criança, mas com uma mãe. A mãe do meu aluno faz muita questão de falar sobre isso. Ela nas reuniões se coloca o tempo inteiro. Mas eu vejo, não sei se é para chamar atenção. Ela já me pediu esse ano ajuda de como conversar com o filho dela em relação a isso. Porque ela vai entrar nesse processo de tomar hormônio, para ela ficar com aparência masculina. E ela queria que eu ajudasse com o filho dela. Eu como não sei como agir. Eu falei para ela: mas eu acho que para o seu filho você tem que procurar uma psicóloga. Porque eu não sei nem se é idade para já se falar uma questão assim, com uma criança de cinco anos. Não acredito que ele tenha maturidade, entendimento, para esse tipo de questão. Eu não sei nem se eu fiz certo, sabe? Eu me senti mal, porque senti que ela queria uma ajuda minha e eu não pude ajudar, porque eu não sabia como fazer. Não sei se sou eu, se eu posso*



falar alguma coisa com a criança. Eu vou falar não como professora, vou falar como mãe: eu acho que falar uma coisa dessa com uma criança de cinco anos, eu não acredito que tenha entendimento. Eu sinceramente, se fosse comigo, eu não saberia. Eu ia pensar muito em como eu ia falar, de que jeito eu ia falar, porque eu não sei. Eu até me senti mal porque ela já me pediu uma ajuda e eu não pude ajudar. Eu me sinto em dívida cada vez que ela fala comigo parece até que eu que estou, tipo com preconceito com ela, né? E não é. É porque ela tá querendo uma ajuda e eu não sei ajudar. Eu não sei o que eu faço com ela, entendeu? Eu sinto que as vezes ela quer desabafar comigo. Ela quer uma ajuda em relação ao filho e eu não sei o que fazer.

Nessa narrativa percebemos a “angústia” da professora em tentar fazer ou dizer algo numa situação que exige, da escola, uma resposta. Também os pais parecem esperar a ajuda de “especialistas” sobre temas que também, em casa, são difíceis de lidar na medida em que o pensamento conservador naturaliza a lógica binária e suas representações e criminaliza o seu questionamento, acusando-o de uma espécie de doutrinação.

Dessa forma, o pensamento conservador tenta reforçar a heteronormatividade, que Junqueira (2007, p. 66) conceitua como sendo:

um conjunto de disposições por meio dos quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual, com base na crença da existência natural de dois sexos que se traduziriam, de maneira automática e correspondente, em dois gêneros complementares e em modalidades de desejos igualmente ajustadas a esta lógica binária

Logo, também faz parte desse pensamento conservador, a tentativa de desqualificar tanto a luta feminista, quanto a luta da população lésbica, gay, bissexual, transexual, transgênero, intersexual e queer (LGBTIQ) e para isso, busca manter o controle e poder sobre esses corpos.

Para Butler (2018) o corpo é compreendido como um “fenômeno social” e, por isso, está exposto e sujeito a ser “vulnerável por definição”. Butler se refere a precariedade do corpo, enquanto instituído por uma normatividade sobre ele. No caso da heteronormatividade, agirá especificamente, como um regime controlador e regulador das condutas e expressões que se dão em torno das questões de gênero, em relação a esses corpos, excluindo a partir de uma suposta precariedade, aqueles que não se adequam a ela.

Na próxima narrativa, a professora Glória (4º ano do Ensino Fundamental) afirma acreditar que para lidar com as questões de gênero, é preciso apropriação. Acredita que não é algo natural já que é necessário, segundo a docente: *“ler, estudar e pesquisar”*.



PROFESSORA GLÓRIA: *Eu esperava que fosse abordada mais questões objetivas. Por exemplo: como trabalhar ou identificar em sala uma criança que tenha conflitos com a questão do gênero? Como levantar essa questão com os responsáveis? Enfim, ainda me vejo cheia de dúvidas. Em contrapartida, entendo que a questão de gênero e sexualidade não tem uma receita pronta. Acredito que preciso ler, estudar e pesquisar muito mais, para poder trabalhar com essas questões de forma mais natural.*

Muitas vezes a expectativa na escola é que um sujeito, um especialista preferencialmente, apresente resoluções para problemas vividos. O que fazer no cotidiano escolar, se indagam as professoras? As discussões parecem para alguns descoladas dos problemas concretos. Discussões que parecem não produzir respostas que ajudassem ao enfrentamento das tensões cotidianas. A narrativa da professora Glória traz, por outro lado, a complexidade da temática. Ela reconhece a necessidade de leitura e estudo sobre o tema para, como ela mesma afirma, “poder trabalhar com essas questões de forma mais natural”.

Neste aspecto a fala de Freire fundamenta uma perspectiva que entende, tal como a professora, a importância de sermos no cotidiano escolar, docentes que se assumem investigadores de seu cotidiano, o que implica investimento em estudo coletivo:

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 2001, p. 32)

Mais uma vez reafirmamos que a escola representa um importante lócus produtor de conhecimento. Como um espaço social, deve ser um local de promoção da igualdade de direitos, respeitando o direito à diferença sem descaracterizá-la e principalmente, sem usá-la para inferiorizar pessoas ou ainda, produzir e alimentar o preconceito, a desigualdade.

Por este caráter potencialmente emancipatório não é incomum assistirmos ataques sistemáticos à escola e aos professores, com objetivo de coibir as formas de discussão e de acolhimento às diferenças, principalmente no que diz respeito às questões de gênero que a atravessam. O Movimento “Escola Sem Partido”, por exemplo, é responsável por alguns desses ataques.

Na sequência, temos a narrativa da professora Eda (Coordenadora Pedagógica) que traz a solidão que frequentemente sente diante das dificuldades da sala de aula. Ao mesmo tempo, a



professora destaca a importância de um encontro que põe em primeiro plano a experiência de cada uma.

PROFESSORA EDA: *Falar de Sexualidade e Gênero no espaço escolar não é tarefa fácil. O professor sozinho, na maioria das vezes sente-se incapaz de administrar situações que surgem no cotidiano escolar. Viabilizar espaços para o professor falar das suas vivências não só possibilita esclarecimentos através da troca, mas também conhecimento sobre o assunto. O encontro trouxe oportunidade para uma discussão de forma espontânea e enriquecedora.*

O apagamento do debate coletivo sobre gênero dos espaços escolares provoca o sentimento de fragilidade.

O pensamento conservador, tentando perdurar a heterossexualidade como norma na qual homens e mulheres são mantidos em supostos “lugares”, tenta inviabilizar as conquistas dos movimentos sociais e lutas da população LGBTQ.

Paulo Freire sempre destacou em suas obras, a importância da ação-reflexão-ação, a relevância das lutas sociais e políticas mobilizadas pelos sujeitos em ações coletivas. Freire dizia sobre a importância da organização educativa e cultural. Adotava uma postura dialética. Defendia a proposta da ação comunicativa, das práticas reflexivas e emancipatórias como princípios para romper com as estruturas administrativas alienadoras e para pensar intervenções criativas no cotidiano da escola. Neste sentido, a narrativa de de Joana (inspetora de disciplina) que também estava na Roda de Conversa, reafirma o dito por Eda.

INSPETORA JOANA: *Eu mesma me questiono... por que evitar tocar nessas questões? Porque não se unir a essas pessoas que sofrem diferentes formas de preconceito e levantar a bandeira do empoderamento, da libertação, da reflexão e da própria aceitação?*

A escola, mais uma vez dizemos, é um *lócus* potente de transformações individuais e coletivas. A necessidade da formação surgiu explicitamente em alguns trechos das narrativas transcritas, mostrando a necessidade de um investimento maior de tempo e de espaço, para momentos de discussão e reflexão sobre a temática de gênero e sexualidade.

Observamos nos trechos das narrativas que as professoras não pensam os currículos e processos de formação de professores reduzidos a prescrições estabelecidas, e nem tampouco como meros reprodutores do modelo social vigente nos discursos neoliberais, religiosos e burocratas. A escola tem o desejo, apesar de atravessado pela insegurança, de discutir as políticas de currículo e de formação de professores compreendendo-as em seus enredamentos da vida cotidiana, como fios das práticas-políticas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A roda de conversa, por sua forma horizontal, favoreceu as discussões e compartilhamento de narrativas e diferentes concepções a respeito do tema em debate. Foi um espaço de diálogo no qual foi possível o coletivo da escola se expressar e escutar acerca das questões de gênero na escola.

As narrativas que circularam neste dia constituíram corpos de conhecimentos oriundos de situações reais cotidianas, de experiências vividas pelas professoras e funcionárias daquela escola.

A aparente impotência sobre o que fazer com as questões que emergem no cotidiano daquela escola, é na verdade uma potência coletiva, pois nos faz pensar e debater o tema gênero para aprender a lidar com ele na escola.

Os “medos” se fazem menores quando os grupos se fortalecem em debates e percebem a potência que a escola tem para desconstruir posturas aparentemente hegemônicas de gênero e outras que aprisionam crianças e professores.

Os saberes das professoras são construções no decorrer de seu percurso profissional e pessoal. Isto nos leva a confirmar que esses saberes são dinâmicos e que estão sujeitos a constantes transformações. Por meio das narrativas conseguimos compreender como as professoras vivenciam suas experiências de gênero e sexualidade no espaço escolar.

Freire (2001, p.39) salienta que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”. Assim, o exercício de narrar nossas ações docentes pode ser uma ferramenta potente para os processos formativos e para a construção de uma escola mais democrática.

Estamos trabalhando na contramão da onda de conservadorismos; buscando com nossas ações contribuir para a construção de uma sociedade mais justa que respeite as diferenças e que eduque crianças para a emancipação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x81sex> Acesso em 23 mai. 2018.

CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora!: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Rev. Fac. Educ.** São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100010 Acesso em: 17 Jun. 2019.

FERRARI, Anderson. Diferença, igualdade e formação de identidade no contexto escolar. In.: **revista de estudo e pesquisa em educação**/Universidade Federal de Juiz de Fora – v. 1, maio de 2000. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/18798/9905>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

JOSSO, M. C. **Experiência de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula R. C. et al. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In.: **Revista Brasileira da Educação**. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&tIng=pt Acesso: 14 mar. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **ProPosições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Editora Vozes. Petrópolis: 2014.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, n. 39, p. 51-71, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a05>. Acesso em: 28 abr. 2018.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante. Cinco lições sobre emancipação intelectual**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.



RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, pp. 1-88, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?seq. Acesso em: 23 mar. 2018.

SOBRE AS AUTORAS

Claudia Jorge de Freitas

Mestranda, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ); Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – Brasil; Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica - PPGEB/UERJ; Grupo de Pesquisa Formação em Diálogo-GPFORMADI). E-mail: claudyageorge@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7889-242X>

Jacqueline de Fátima dos Santos Morais

Pós-doutorado; Universidad Pedagógica Nacional no México (UPN); Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ – Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais PPGEdu/UERJ; Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória, História e Formação de Professores-VOZES. E-mail: jacquelinemorais@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2100-265X>

Jonê Carla Baião

Doutorado em Letras - Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO); Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ – Brasil; Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica - PPGEB/UERJ; Grupo de Pesquisa Formação em Diálogo-GPFORMADI. E-mail: jonebaiao@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2885-5628>

Recebido em: 21/06/2019

Aprovado em: 10/02/2020

Publicado em: 03/03/2020

